

CARMEN ANDALÓ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Andaló, Carmen

Mediação grupal : uma leitura histórico-cultural / Carmem Andaló.
- São Paulo : Ágora, 2006.

Bibliografia.

ISBN 85-7183-016-9

1. Mediação - Uso terapêutico 2. Psicodrama 3. Psicologia social
4. Trabalho em grupo I. Título.

06-2730

CDD-302.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Mediação grupal e psicodrama : Psicologia social 302.3
1. Psicodrama e mediação grupal : Psicologia social 302.3

MEDIAÇÃO GRUPAL

■
Uma leitura histórico-cultural



Compre em lugar de fotocopiar.

Cada real que você dá por um livro recompensa seus autores

e os convida a produzir mais sobre o tema;

incentiva seus editores a encomendar, traduzir e publicar

outras obras sobre o assunto;

e paga aos livreiros por estocar e levar até você livros

para a sua informação e o seu entretenimento.

Cada real que você dá pela fotocópia não autorizada de um livro
financia o crime

e ajuda a matar a produção intelectual de seu país.



grupos como conjuntos de elementos, em que cada um mantém sua particularidade. O que se busca não é uma compreensão particular do real, mas uma visão que seja capaz de conectar dialeticamente cada processo particular com outros processos. Assim, a mediação tem que ver com a passagem de um nível singular ou particular a um nível genérico, abstrato ou universal, e vice-versa. Ela expressa relações concretas e vincula mútua e dialeticamente momentos de um todo, indicando que nada é isolado. Tem que ver, portanto, com a categoria da ação recíproca, em que a realidade é um todo aberto, no interior do qual há determinação das partes entre si e com o todo.

Nessa perspectiva, é possível concordar com Fernández, quando afirma que nos grupos não há dicotomia entre o contexto, como uma realidade externa que exerce influência, e o texto dos grupos, pois tal “[...] realidade é parte do próprio texto grupal em suas diversas modalidades; é fundante de cada grupo; mais que cenário, drama grupal”²⁶. Nessa ótica, os grupos humanos não são ilhas nem tampouco meros intermediários entre o indivíduo e a sociedade. São a própria sociedade, uma vez que estão atravessados por ela e a constituem.

□

26 A. M. Fernández, *La dimensión institucional de los grupos*, p. 50.

1 Afinal, o que é um grupo?²⁷

A palavra *grupo*, etimologicamente, ou vem do italiano — *groppo* ou *gruppo*, cujo sentido original, segundo Fontana²⁸, era *nó*, *laço* — ou do germano ocidental *krappa*, que significava *mesa arredondada*, ligada à tradição celta (*Os cavaleiros da távola redonda*). A primeira expressa a idéia de ligação, união e aprisionamento, refere-se ao grau de coesão dos grupos, e a segunda traz a idéia de círculo, de um grupo de iguais.

Apesar da existência permanente dos grupos nas sociedades humanas, de acordo com Gregório Barembliitt²⁹: “Saberes teórico-técnicos, formalizados ou não, sob a forma de *corpos ‘científicos’*, doutrinas, ideologias, práticas etc.” só começaram a aparecer no início do século XX.

Historicamente, a menção aos grupos já aparece no século XVIII, com os chamados *socialistas utópicos*, pensadores que acreditavam na possibilidade de transformação social sem necessidade da luta de classes. Socialismo utópico é a expressão

27 Este capítulo foi elaborado com a colaboração das psicodramatistas Maria Celina Ribeiro Lenzi e Maria Juracy Filgueiras Toneli, com quem trabalhei na formação de coordenadores de grupo, na abordagem sociopsicodramática.

28 A. E. Fontana *et al*, *El tiempo y los grupos*, p. 69.

29 G. Barembliitt (org.), *Grupos – Teoria e técnica*, p. 11-12.

usada para designar a primeira fase do socialismo, e seus principais representantes foram *Fourier, Owen e Saint-Simon*.

Émile Durkheim (1858-1917), considerado criador da sociologia como ciência objetiva e indutiva, influenciado pelo pensamento do filósofo evolucionista *Herbert Spencer* (1820-1903), aplicou o modelo biológico de análise às sociedades humanas.

Colocando como objeto de estudo da nova ciência os *fatos sociais*, estabeleceu que estes deveriam ser estudados com os mesmos métodos adotados pelas ciências da natureza. Segundo Maria Helena S. Patto, instalou a versão positivista da ciência nos estudos do homem, caracterizando a coesão dos agrupamentos sociais com os conceitos de solidariedade mecânica e orgânica. Enquanto a primeira predomina em sociedades com pouca diferenciação entre seus membros, a segunda diz respeito às sociedades mais complexas, em que existe uma “complementaridade das diversas funções exercidas por diferentes integrantes do todo social”. Nessa perspectiva, tais sociedades funcionariam

[...] como um complexo organismo onde as diferentes funções são exercidas por diferentes órgãos ou conjuntos especializados de células, funções estas em estreita inter-relação e equilíbrio e que garantem o bom funcionamento do organismo como um todo.³⁰

Em conformidade com o pensamento biológico, Durkheim elaborou conceitos de normalidade e patologia social, usando o termo *anomia* para os estados de desequilíbrio das sociedades complexas, que precisariam ser corrigidos. Sua influência se faz sentir ainda hoje, na concepção de sociedade como um

30 M. H. S. Patto, *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*, 1984, p. 18.

todo integrado, articulado e saudável. Ele introduziu no pensamento social uma perspectiva pautada no princípio da *harmonia*, que teve e ainda tem forte influência nas ciências humanas em geral.

Karl Marx (1818-1883), pelo contrário, pensa que as sociedades se fundam numa *contradição* e entende que não se trata de organizar ou melhorar a sociedade capitalista, mas de trabalhar para que ela desapareça, pois a *contradição* só se resolve na superação. Marx introduziu no pensamento social a perspectiva da *contradição*, em que se baseia a abordagem histórico-cultural. Nessa ótica, ao trabalhar com grupos, procura-se identificar e explicitar os conflitos que freqüentemente permanecem velados e latentes, entendendo que a *harmonia* não existe, mas, sim, momentos de equilíbrio instável que geram *contradições* a serem superadas.

A partir do início do século XX, as empresas tornaram-se mais complexas, e o próprio ato do trabalho e da produção foi fragmentado pelo *taylorismo*. Em 1924, Elton Mayo, em pesquisas relacionadas com a produção industrial, descobriu a importância do aspecto grupal no rendimento do trabalho. A partir daí, coloca-se a questão das relações interpessoais nas empresas, dando origem ao movimento chamado de “Relações Humanas”.

É importante salientar que, no campo específico da psicologia social, segundo Georges Lapassade, as primeiras interrogações a respeito dos grupos surgem com a psicosociologia, termo que pode ser usado em vários sentidos:

1 Para definir o conjunto do que se chama psicologia social, e seria o estudo das representações sociais, da opinião pública e de aspectos sociais das diferentes funções psicológicas.

- 2 Numa acepção mais técnica, em que o psicossociólogo seria um perito dos estudos de motivação, sondagens de opinião etc.
- 3 Num sentido mais restrito, designando a psicologia dos grupos e também a prática da formação e da intervenção.

A *interação* aparece como o conceito principal da psicosociologia. A perspectiva interacionista define seu perfil, e sua preocupação se refere à forma de inserção dos grupos na sociedade, sua função social, incluindo uma possibilidade metodológica que estabelece critérios de medida, de comparação, de correlação, para poder identificar índices de regularidade do fenômeno grupal, assim como suas possibilidades de verificação ou validação.

Algumas concepções de grupo

Qualquer conjunto de pessoas constitui um grupo? Reduz-se o grupo à soma das individualidades que dele participam, de tal forma que, para conhecê-lo, bastaria conhecer seus integrantes? Ou se constitui o grupo numa *realidade supra-individual*, que transcende as subjetividades particulares que o compõem, de tal forma que se pode falar numa espécie de “espírito do grupo”?

O Novo Dicionário Aurélio, entre outras definições para a palavra *grupo*, traz as seguintes:

- 1 Conjunto de objetos que se vêem de uma vez ou se abrangem no mesmo lance de olhos.
- 2 Reunião de coisas que formam um todo.
- 3 Reunião de pessoas.
- 4 Pequena associação ou reunião de pessoas unidas para um fim comum: o grupo de trabalho da Secretaria de Educação reuniu-se ontem...

- 5 Conjunto de capoeiristas que obedecem à orientação de um mesmo mestre, treinam regularmente em comum e se reúnem num determinado local. Grupo étnico: o grupo de famílias de mesma descendência e tradição. Grupo social: forma básica de organização humana: agregado social que tem uma entidade e vida própria, e se considera como um todo, com as suas tradições morais e sociais.

Essas definições encerram alguns pontos em comum: conjunto, reunião, associação, agregado. Todas elas mantêm a *idéia de inclusão de mais de um elemento*, que parece obedecer a *algum critério*, seja ele uma tarefa, uma ascendência ou descendência comum, uma proximidade física. Ainda, em pelo menos duas delas, a palavra *todo* surge, além da possibilidade de existir um *coordenador / orientador*. Parece, então, que grupo não significa um amontoado qualquer de pessoas, precisando de algo para que seja definido como tal.

Segundo A. Scherzer³¹, existem cinco variáveis constitutivas da existência de um grupo humano:

- 1 uma pluralidade de indivíduos/integrantes;
- 2 um ou vários objetivos comuns;
- 3 um espaço dado;
- 4 um tempo determinado;
- 5 um contexto social – a sociedade.

As normas sociais e culturais de cada região, das instituições etc. incidem sobre a dinâmica grupal, mas não determinam necessariamente sua existência. De acordo com essas variáveis, podem existir vários tipos de grupo: espontâneo/

³¹ A. Scherzer, “Acerca de los grupos humanos”, p. 57-71.

institucional, transitório/duradouro, aberto/fechado, e assim por diante.

Os grupos que mais interessam para a presente reflexão são os *pequenos grupos*, também chamados de *microgrupos*, que consistem em um conjunto de participantes que mantêm um contato face a face. Trata-se, em geral, de configurações efêmeras, transitórias, temporárias, circunscritas no tempo e no espaço, de um núcleo de pessoas bastante pequeno, de tal forma que cada uma pode ligar-se a cada uma das outras de modo direto e pessoal.

Existem microgrupos mais estáveis, como a família, a vizinhança, a escola, que funcionam como “grupos primários”. São espaços de experimentação “natural” do homem e têm importância fundamental para o desenvolvimento da personalidade e para a manutenção das idéias e ideais sociais do indivíduo.³²

Na sociedade industrial contemporânea, os microgrupos vêm perdendo sua autonomia e singularidade, uma vez que estão dominados pelas dinâmicas da produção e do consumo. Perdem, então, parte de sua função de mediação entre o indivíduo e a totalidade social, no sentido de poderem influenciar a constituição das qualidades específicas da individualidade. A mídia, por exemplo, assume cada vez mais esse papel de mediadora, tomando o lugar ou diminuindo a importância dos microgrupos.

Configurações novas, entretanto, surgem quase de forma espontânea, esboçando reações ou tentativas reativas, ainda que parciais e fragmentárias. Segundo Adorno e Horkheimer, os microgrupos jamais perdem sua função mediadora, embora ela dependa de como a sociedade se estrutura e se organiza em determinado momento histórico.

32 T.W. Adorno; M. Horkheimer, *Temas básicos em sociologia*, p. 61-77.

Tem sido grande o interesse da sociologia e da psicologia social pelos pequenos grupos. Tal interesse, contudo, parece ser mais de ordem pragmática, visando à estruturação e ao desenvolvimento de equipes de trabalho, associado à idéia de produtividade e relegando a um plano secundário as relações recíprocas entre esses grupos e o contexto social e histórico em que se situam.

Para Gregório Barembli, o fato de não existir *uma* teoria sobre grupos, mas *várias*, tanto indica a riqueza e complexidade do fenômeno grupal como evidencia uma dificuldade na definição do objeto das referidas teorias. Por esse motivo, aponta que é importante verificar as fontes epistemológicas que permeiam a compreensão dos grupos. A seu ver, as principais são a psicanalítica, a fenomenológico-existencial (Sartre, Buber), a psicodramática (Moreno), a de base empirista-pragmatista (Dewey, Mead) e a gestáltista (Lewin).

Na mesma direção, Roberto F. Carvalho mostra que, no conhecimento sobre grupos, o que geralmente se encontra são “conjuntos de observações, descrições, prescrições, técnicas e elaborações teóricas que não rompem com o estatuto do empírico”. Isso significa que o conhecimento obtido não vai além de uma sistematização dos dados. Caracteriza um discurso pré-científico, que contribui para perpetuar “uma causação circular, plana e acumulativa, onde se vai pouco além do que já está dado no início”³³. Entre os vários impasses enfrentados pelas teorias sobre grupos, aponta alguns bastante significativos, como a ideologia, a utilização e a apropriação social de seus efeitos.

33 R. F. Carvalho, “O que se passa neles? O que são?”, p. 90.

Kurt Lewin – A primeira perspectiva teórica em psicologia dos grupos

Historicamente, a primeira tentativa de estudar grupos ocorre com a *dinâmica de grupos* de Kurt Lewin, que, pensando na posição social do grupo, estipula a necessidade de estabelecer uma área específica do acontecer grupal. Numa ótica positivista, entende que o grupo deve ter qualidades de “objeto”, de modo a demarcar um campo quase disciplinar e que requer um corpo conceitual próprio.

De origem alemã, em 1933 Lewin emigra para os Estados Unidos e se torna, em 1940, professor da Universidade de Harvard. Em 1945 funda um centro de pesquisas em dinâmica de grupo e, em um artigo, introduz esse termo no vocabulário da psicologia contemporânea. Falece em 1947, mas um de seus alunos, Leland Bradford, cria o primeiro Laboratório de Treinamento em Desenvolvimento Grupal (NTL), que trouxe contribuições importantes ao avanço da psicoterapia de grupo, como a do T-GROUP. Este se tornou um instrumento útil no diagnóstico de fenômenos grupais, pois “[...] detecta as relações de força e sua evolução no grupo, e evidencia a busca constante no grupo de um *leadership* e de bodes expiatórios”³⁴.

Lewin é considerado o fundador de uma dinâmica de grupo que pretendia ser a ciência experimental dos pequenos grupos, e que consistiria na análise geral e científica dos caracteres gerais da vida dos grupos. Numa primeira etapa, constituiu-se como uma ciência experimental praticada em laboratório e sobre grupos artificialmente reunidos, para fins de experiência, com controle de variáveis, quantificação etc. Numa segunda fase, saiu do labo-

ratório, passando a tratar com grupos reais, na solução de conflitos sociais.

Em dinâmica de grupo, termo que passou a designar essa abordagem, a pesquisa se refere essencialmente à coesão, às comunicações, aos desvios, à mudança e resistência à mudança, à criatividade e à liderança nos grupos. No aspecto coesão, Lewin investigou o sistema de forças que impulsionam os grupos (desenvolvimento) e que motivam a permanência deles (coesão). Constatou que nos grupos naturais predominam os fatores de coesão e aceitação dos objetivos pelos membros do grupo.

Para Lewin, ligado à psicologia da Gestalt, “o todo é distinto da soma de suas partes”, e o fato de um certo número de pessoas manifestarem algumas concordâncias (por exemplo: sexo, raça, atitudes, posição social) não faz delas necessariamente um grupo. Entretanto, um todo ou um grupo com razoável solidez pode ser composto por partes ou membros bastante heterogêneos.

Segundo essa concepção, nos grupos, os indivíduos integram e criam um estado de equilíbrio resultante das forças em jogo, constituindo “totalidades dinâmicas”, que resultariam das interações entre seus membros. Os momentos iniciais da formação de um grupo determinam seu devir e as etapas ulteriores, e suas leis e modalidades de funcionamento encontram-se inscritas nos processos e nas fases de sua gênese. Lewin iniciou a exploração de três problemas-chave que levaram à descoberta da dinâmica dos agrupamentos humanos: a comunicação, o aprendizado da autenticidade e o exercício da autoridade em grupos de trabalho.

Evidenciou que a integração grupal depende do nível de comunicação entre seus membros e que a aprendizagem da autenticidade exige algumas condições: o desejo de questionar, de atingir o modo mais adequado de comunicação

³⁴ L. Russo, “Breve história dos grupos terapêuticos”, p. 21.

com o outro e um clima de aprendizagem propício ao crescimento e aperfeiçoamento humano.

Quanto à liderança, seus estudos chegaram a três tipos diferentes de organização: o grupo *autocrático*, em que a organização é definida de fora; o grupo *laissez-faire*, em que não há diretrizes; e o *democrático*, considerado a forma ideal, pois nele os indivíduos interagem para encontrar a melhor organização.

Uma contribuição importante de Lewin foi a distinção entre dois tipos de microgrupo: o “sociogrupo” e o “psicogrupo”. Enquanto o sociogrupo seria aquele que tem uma tarefa estruturada, o psicogrupo constituiria um grupo centrado em si mesmo e estruturado em função de seus próprios membros.

Entre os investigadores que seguiram as pegadas de Lewin, William C. Schutz (1958) trata da interdependência e da estreita correlação que há, em todo grupo de trabalho, entre seu grau de integração e seu nível de criatividade. Apresenta também uma teoria das “necessidades interpessoais”, que seriam: de inclusão, que consiste na necessidade de todo membro novo de um grupo de se sentir aceito; de controle, que consiste em definir responsabilidades, e a necessidade de afiação, que é o desejo de todo indivíduo, no grupo, de ser percebido como insubstituível.

G. Lapassade aponta que essa perspectiva sofreu forte influência dos valores ideológicos propostos pela sociedade americana. Pondera também que é preciso relativizar a idéia de “melhor” forma de organização, pois ela não pode ser absoluta, estabelecendo-se conforme o contexto, valores e modelos específicos. Nessa ótica, uma organização corresponde a um equilíbrio momentâneo de forças em ação, e não a um modelo ideal previamente colocado.

Além disso, essa abordagem atribui aos grupos um estatuto ontológico, ou seja, uma realidade “em si”, de caráter su-

pra-individual, sugerindo que sua unidade estaria acima dos indivíduos que os compõem. Outrossim, subjaz a ela uma visão de harmonia pautada num modelo ideal preexistente.

Carl Rogers e os grupos de encontro

Os “grupos de encontro” de Carl Rogers constituíram um trabalho com grandes grupos, muito em voga nas décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos. Neles buscava-se explorar as condições definidas para a relação terapêutica bipesoal, ou seja, aplicavam-se a grupos pequenos as mesmas condições existentes nesse outro tipo de relação. Rogers e seus colaboradores desenvolveram então uma modalidade de trabalho terapêutico com base naquela, conhecida como Terapia Centrada no Cliente.

Os rogerianos caracterizaram o *papel do coordenador* como de um *facilitador* na produtividade dos processos auto-organizativos, e recomendavam uma renúncia aos esquemas preestabelecidos, centrando-se na vivência e expressividade presente de cada um dos participantes e do grupo como conjunto.

Na primeira metade da década de 1970, houve um aprofundamento e radicalização dessa postura, e os grupos tiveram sua duração aumentada, incluindo fins de semana ou mais dias, de modo intensivo. As vivências deixaram de ter um caráter exclusivamente terapêutico, centrando-se mais nas possibilidades de expansão da sanidade e do crescimento. Houve, ainda, um aumento do número de participantes, e em alguns casos excepcionais contou-se com centenas deles.

De acordo com Lapassade, a ausência de uma construção teórica sólida propiciou a estagnação e distorção dessa proposta, uma vez que referenciais teóricos consistentes são imprescindíveis para que uma prática, ainda

que extremamente rica, não degenera em mistificação e manipulação. A constatação de que os princípios rogerianos para a relação terapêutica poderiam não ser suficientes ou eficazes colocou em questão seus alicerces teórico-técnicos.

Para Rogers, declara Lapassade³⁵, “[...] os verdadeiros conhecimentos não estão no exterior, mas no interior de cada um, em sua experiência”. Colocando Sócrates e Rousseau como precursores da não-diretividade, o autor considera que, sob o aspecto de seus fundamentos filosóficos e políticos, o pensamento de Rogers representa “[...] um retrocesso com relação a esses dois precursores, pois ele se refugia num certo psicologismo”, já que a neutralidade não-diretiva aponta um pretenso apoliticismo do homem da ciência e do terapeuta, o que constitui uma opção política não declarada nem explicitada.

Segundo o mesmo autor, a teoria rogeriana desenvolveu-se no contexto social de uma sociedade industrial hierarquizada, em que os homens são “[...] candidatos a uma maturidade psicológica cuja norma carregam em seu interior [...]. De acordo com ele, o movimento não-diretivo contemporâneo “[...] psicologiza a política em lugar de politizar a psicologia”, pois “[...] a não-diretividade individual ou social não coloca em questão a diretividade estrutural [...]”³⁶.

Jean-Paul Sartre e a dialética dos grupos

Insatisfeita com as perspectivas acima referidas e em busca de uma compreensão dialética dos grupos, descobri que Enrique Pichon-Rivière foi dos poucos autores a tentar

³⁵ G. Lapassade, *Grupos, organizações e instituições*, p. 57.

³⁶ *Ibidem*, p. 61.

empreender uma leitura dessa ordem, apoiado nas concepções desenvolvidas por Jean-Paul Sartre em *Crítica da razão dialética*.

Eu já havia empreendido esforços de aproximação da teoria psicodramática às concepções desse autor, no início dos anos 1980, quando, juntamente com duas colegas psicodramatistas e um professor de filosofia, publicamos dois artigos³⁷ na Revista da Febrap. Os dois textos foram produzidos em um grupo de estudos em que buscávamos fazer uma aproximação entre alguns conceitos do psicodrama e as reflexões sartreanas, especialmente entre a espontaneidade moreniana e a consciência espontânea em Sartre. O psicodramatista Carlos Rubini³⁸, buscando aprofundar a compreensão dos fenômenos grupais, também recorre às contribuições daquele autor.

Como vimos anteriormente, Barembli, ao tentar aclarar as fontes epistemológicas subjacentes à compreensão dos grupos, considerou a abordagem psicodramática como separada da tradição *fenomenológico-existencial*, em que incluiu apenas Buber e Sartre. É inegável, entretanto, a influência dessa tradição no pensamento moreniano: Buber desenvolveu o conceito de *encontro*³⁹ semelhante ao de Moreno e colaborou na revista criada por ele; *Kiergaard* faz parte de sua matriz de pensamento e, quanto ao existencialismo, Moreno criticava as concepções sartreanas, por considerá-las intelectualizadas.

³⁷ 1) S. M. Duclós; C. S. A. Andaló; P. Bertolino, “Considerações sobre a questão do Eu em Moreno”, p. 5-10. 2) S. M. Duclós; C. S. A. Andaló; Bertolino; M. Pereira, “A consciência espontânea em Sartre”, p. 48-51.

³⁸ C. J. Rubini, “Dialética dos grupos – Contribuições de Sartre à compreensão dos grupos”, p. 149-156.

³⁹ J. S. Fonseca Filho, *Psicodrama da loucura: correlações entre Buber e Moreno*. Esse autor pesquisa as correlações entre o pensamento de Martin Buber e o de J. L. Moreno.

Quase quinze anos depois, senti-me impelida a revisitar os escritos de Sartre, num esforço de aprofundar a compreensão sobre os grupos. Faz-se necessário, entretanto, esclarecer que agora não se trata de uma tomada de empréstimo de alguns conceitos da perspectiva fenomenológico-existencial para a releitura histórico-cultural da obra moreniana, que estou procurando empreender. Além das diferenças de matriz epistemológica, é importante considerar que as reflexões de Sartre foram feitas no âmbito da filosofia. Isso significa que não se refere a sujeitos empíricos compondo grupos datados e localizados em contextos específicos. Para melhor entender isso, basta lembrar que ele elaborou suas idéias sem contato direto e experiência com grupos efetivamente existentes, com base em uma análise teórica a respeito do processo ocorrido durante a Revolução Francesa. Refere-se, portanto, a grupos em abstrato.

De qualquer forma, a experiência que tive com agrupamentos variados permite confirmar a propriedade de muitas de suas reflexões. Correndo o risco de não aprofundar conceitos bastante específicos e complexos desse pensador, sinto-me obrigada a apresentar alguns, até porque o contato com eles modificou minhas concepções e ações nos grupos que trabalhava. Afinal, fazem parte de minha matriz de pensamento sobre essa temática.

Sartre considera que nem sempre existe grupo quando as pessoas estão reunidas, mas apenas o que ele denomina *série* ou *serialidade*. Afirma que “[...] a reunião inerte, com sua estrutura de serialidade, é o tipo fundamental de sociabilidade”⁴⁰. A série é sempre constituída com base em um objeto comum exterior, razão pela qual sua unidade está

em outro lugar, que não nella mesma. Tomando como exemplo uma fila de pessoas esperando um ônibus, aí não existe grupo, pois os indivíduos não desenvolvem, nessa situação, qualquer elo entre o mundo interior de cada um, sendo o ônibus o objeto material e exterior que produz a série. Em suas palavras: “[...] na relação serial, de fato, a unidade, como razão da série, está sempre em outro lugar”⁴¹.

Para o autor, o grupo se constitui numa luta interminável contra a serialidade. Enquanto a série é a dispersão dos homens, massificação, o grupo, ao contrário, é totalização e só se constitui quando a *necessidade individual* é vista como comum. Ele gera a unificação das liberdades e, com ela, *relações de reciprocidade*.

É interessante observar que, nas escolas, as turmas são designadas como *séries* (1^a série, 2^a série etc.). Constata-se que, de fato, a grande maioria dos profissionais que nelas atuam costumam ver tais grupos como um somatório de alunos, portanto, com as características da serialidade.

O tipo mais puro de grupo é o que Sartre denomina *grupo em fusão*, que se constitui contra a série, no momento em que se estabelecem *objetivos comuns*. Na fusão, cada um é agente totalizador, e a totalização se encontra, ao mesmo tempo, em todo lugar e em lugar nenhum. Segundo Rubini, “A fusão é o momento fundamental da vida de um grupo”, pois nela aparece um novo tipo de relação:

[...] cada qual se torna para si e para os outros uma pessoa com a qual é necessário contar. Há uma transformação qualitativa nas relações entre as pessoas, e a ‘fusão’ dos interesses comuns conduz a uma ação comum [...] ⁴²

40 J. P. Sartre, *Critica de la razón dialéctica*, p. 12. Traduções da autora.

41 J. P. Sartre, *op. cit.*, p. 22.

42 C. J. Rubini, *op. cit.*, p. 151.

No grupo em fusão, cada um é soberano, pode decidir por todos, sem se tornar chefe. Faz-se líder provisório aquele que é capaz de encontrar caminhos, ver o possível com olhos comuns. Não existe, portanto, nesse tipo de agrupamento, uma liderança no sentido tradicional.

Assim sendo, o grupo em fusão

[...] esboça materialmente [...] uma primeira diferenciação de funções, uma divisão de trabalho, isto é, coloca todas as condições necessárias para que o grupo em fusão não caia na reunião.⁴³

A título de ilustração da passagem da serialidade à fusão, se o referido ônibus sofre um acidente qualquer, os objetivos antes particulares dos indivíduos (ir na mesma direção) tornam-se comuns, e um membro desse “grupo em fusão”, ao dar sugestões ou tomar iniciativas, passa a exercer temporariamente a função de líder. Num momento subsequente, entretanto, outra pessoa que apresente uma alternativa melhor pode ocupar esse lugar.

Além do estabelecimento de objetivos comuns, para a constituição de um grupo, faz-se necessário o que Sartre denomina *reciprocidade mediada*, pois a ação dos outros constitui um meio para cada um, e a atividade organiza um campo em função dos objetivos estabelecidos. Cada um é, portanto, ao mesmo tempo, “mediador” e “mediado”, ou seja, ele próprio e o grupo.

Sartre considera um erro comum, de muitos sociólogos, tomar “[...] o grupo como uma relação binária (indivíduo-comunidade), quando, em realidade, trata-se de uma relação ternária”⁴⁴. Afirma ele que “[...] os membros do grupo

são os terceiros”, isto é, cada um totaliza as reciprocidades de outro. Essa reciprocidade será mediada, pois “a ação de um é recíproca à do outro”. Assim, “o grupo é mediação”.

Outra característica do grupo é a *totalização* em que ele se constitui, sem que isso resulte na existência de um ser-do-grupo, que transcendia aos indivíduos. O grupo, nesse sentido, define-se não como um ser, mas como um ato.

A vida do grupo constitui-se de uma tensão permanente entre dois pólos extremos – a serialização e a totalização. E essa tensão é, segundo Sartre, o motor da dialética dos grupos, pois é a luta contra uma volta, sempre possível, à serialidade.

A “unidade de grupo” pode ser definida como uma relação sintética que une os homens por um ato e para um ato. Este “nós” que se estabelece, entretanto, é prático, e não substancial. A unidade do grupo, em sua concepção, “[...] é dada pela ação grupal, pela unidade das ações. A unidade do grupo é prática. Não é ontológica, de um ser ou estado, mas de um ato em curso”⁴⁵. É nessa perspectiva que Sartre considera inadequados e de caráter idealista, na compreensão dos grupos, tanto o modelo biológico como o gestaltista, que considera o todo como diferente da soma de suas partes.

Uma característica do grupo em fusão é sua falta de estabilidade, ou seja, ele se dissolve facilmente, devido ao fato de que sua unidade ainda é determinada de acordo com o exterior. Na tentativa (nunca atingida) de superação do risco de dissolver-se novamente na serialidade, ocorre uma modificação no grupo, quando os participantes ligam-se por meio daquilo que Sartre denomina *juramento*. O juramento é um es-

43 J. P. Sartre, *op. cit.*, p. 38.

44 *Ibidem*, p. 39.

45 C. J. Rubini, *op. cit.*, p. 152.

tatuto de permanência, introduz no grupo uma primeira obrigação, que é o compromisso de cada um com o grupo, e torna possível o nascimento daquilo que é “comum”.

Afirma Sartre que “[...] o juramento não é nem uma determinação subjetiva, nem uma simples determinação do discurso, é uma modificação real do grupo [...]”⁴⁶ pela ação reguladora de todos. O juramento constitui-se num poder difuso de jurisdição no grupo, o poder de cada um sobre todos e de todos sobre cada um.

O juramento não é um ritual. Nele, “[...] o primeiro movimento é jurar para fazer os Outros jurarem, por reciprocidade mediada, isto é, para garantir-se contra a possibilidade de dispersarem, e o segundo momento da operação é jurar para proteger-se contra si, através dos Outros”. Ou seja, a “[...] minha ‘fé jurada’ volta para mim como uma garantia contra minha liberdade, através da liberdade do terceiro”⁴⁷. O juramento é, portanto, uma limitação à liberdade individual.

Segundo esse pensador, é pela mediação do juramento que o grupo obtém maior estabilidade e passa a se preocupar com sua *organização*. Somente a partir daí é que se pode verdadeiramente falar de grupos, uma vez que é então que o grupo se toma como objetivo e procura objetivos comuns.

No momento em que o grupo se constitui como um *grupo com tarefa*, cria-se a necessidade de uma organização para realizá-la. Isso implica distribuição e diferenciação de funções (papéis): “O lugar de cada um está em relação com a organização de todos, com a repartição de tarefas originadas do objetivo comum”⁴⁸. Nesse momento, os atos parti-

46 J. P. Sartre, *op. cit.*, p. 87.

47 *Ibidem*, p. 88.

48 M. S. de Asch, *Hacia una didáctica de lo grupal*, p. 77.

culares adquirem sentido no conjunto, pois cada função supõe a organização de todas as outras.

É no momento em que os participantes se sentem ligados por compromissos que o controle das possibilidades de fuga e dispersão assumem formas mais duras. Afirma Sartre: “O grupo, na ausência de pressão material, tem que produzir-se a si mesmo, como pressão sobre seus membros”⁴⁹. À medida que a violência é exercida, do grupo em direção a seus membros, aparecem comportamentos como o de “traidor” e de “bode expiatório”.

Para Sartre, o grupo, permanentemente ameaçado pela possibilidade de retorno à serialidade, exige uma autocriação contínua de si mesmo. Nesse sentido, a primeira característica do grupo que se organiza é: “[...] ele se faz grupo e só continua a ser grupo na medida em que se faz continuamente”⁵⁰. Nessa perspectiva, o trabalho no grupo é duplo: o grupo se trabalha e o grupo trabalha. Ele se trabalha para

[...] conquistar uma espécie de contínua criação, essa unidade ontológica que lhe falta, que lhe faltará sempre e de que conserva, no entanto, o desejo; e, por outro lado, o trabalho em grupo realiza uma unidade prática dos organismos que o compõem.⁵¹

Se esse conjunto de operações já supõe uma diferenciação (a criação de papéis, aparelhos especializados, órgãos etc.), ainda não implica, entretanto, a instalação do *comando*, que só aparecerá num estágio ulterior. Quanto a esse aspecto, Sartre rejeita as descrições feitas por Lewin (auto-

49 J. P. Sartre, *op. cit.*, p. 96.

50 G. Lapassade, *op. cit.*, p. 237.

51 *Ibidem*, p. 246.

ritário, democrático, *laissez-faire*), porque, segundo ele, no nível do grupo com tarefa, ainda não há dirigentes, mas apenas chefes e líderes.

Nessa concepção, o grupo está constantemente obcecado pela tentativa, sempre fracassada, de atingir uma estabilidade que não seja apenas a unidade da ação em comum, só alcançada com a *institucionalização*, ou seja, quando as tarefas, funções, órgãos e o poder se transformam em instituição. Ela significa, porém, contradiatoriamente, a “morte do grupo”, representando um retorno à serialidade.

Evidentemente, este texto não pretende contemplar toda a riqueza da compreensão desse autor sobre os grupos. Pelo contrário, foi preciso realizar uma simplificação, que acaba, inevitavelmente, deformando alguns dos complexos conceitos desenvolvidos por ele. Decidi focalizá-la, apesar dessas limitações, por apresentar contribuições importantes ao estudo dos grupos. A primeira delas reside no fato de ele ser um dos poucos teóricos que apresenta uma perspectiva dialética, recusando concepções que impliquem o mito da eternidade e da maturidade dos grupos, uma vez que os concebe como movimento sempre inacabado, totalização em processo, que jamais é totalização realizada.

Sartre se opõe à concepção dinâmica, que vê o grupo como equilíbrio de forças (Lewin), à organicista, que o assimila a um organismo vivo (modelo biológico), e à cibernetica, que o transforma em máquina.

Para mim, foi bastante enriquecedor entrar em contato com essa concepção do grupo como movimento ou devir, como um equilíbrio instável e temporário, sempre em mudança e ameaçado pela dispersão e pelo retorno à serialidade. É nesse sentido que ele afirma que o grupo é “existência” sem “essência”, uma relação sintética que une os homens por um ato e para um ato, criando uma unidade prática e nunca substancial.

Para quem lida com grupos, é notória sua permanente tendência à dispersão. Especialmente nas fases iniciais, observa-se uma forte instabilidade – pessoas faltam, desistem etc. Tal fenômeno, geralmente atribuído à inabilidade ou ineficácia do coordenador (o que, evidentemente, também pode ocorrer), faz parte do processo de constituição do “nós”, do sentido de pertinência.

Nesse momento inicial, em geral, os participantes se reúnem por motivos próprios, de sua particularidade, ou por informações freqüentemente distorcidas e idealizadas a respeito da abordagem, dos objetivos propostos, do grupo ou da equipe de coordenação. Por essas razões, os primeiros encontros costumam ser difíceis, pois neles se estabelecem o contato e o reconhecimento do grupo efetivamente existente – surgem dúvidas, temores, decepções e surpresas, que ampliam a instabilidade e a tendência à dispersão característica dos grupos.

Essas colocações esclarecem o sério desafio epistemológico que é o grupo. Como fenômeno que se caracteriza por um estado de contínuo movimento, qualquer ocorrência (a entrada, a saída, a falta de alguém, as manifestações verbais, os comentários etc.) provoca desequilíbrios e modificações que alteram a configuração grupal, desafiando permanentemente quem procura conhecê-la. Nesse sentido, toda e qualquer compreensão que se possa ter dos grupos não passa de hipóteses de caráter provisório, que necessitam de constantes revisões e reformulações.

Em 1993, Marta Souto de Asch, professora da Universidade de Buenos Aires, publica um livro sobre didática baseado nas idéias de Pichon-Rivière e nas contribuições de Sartre. Evidencia que definir o que é um grupo é um desafio e um árduo empreendimento, dado o caráter dinâmico das relações que se estabelecem entre os indivíduos que têm um objetivo comum. Considera que conhecer o grupal é uma tarefa extre-

mamente difícil, já que ele não se constitui como um objeto discreto, isolável do seu contorno, mas, pelo contrário, caracteriza-se pela “imprevisibilidade”, por “mudanças e movimentos contínuos”, por “formas sempre inéditas”, por “configurações singulares”, por “ecos, ressonâncias e marcas”.

Segundo a mesma autora, o grupal interpela quem tenta conhecê-lo, evidencia a falibilidade, a relatividade do conhecimento, rompendo qualquer fantasia de onipotência. Em suas palavras:

Conhecer o grupal é implicar-se desde o conhecimento, o sentimento, a ação, em um mundo cambiante, dinâmico, complexo, contraditório, diverso, em um caminho vertiginoso de ordens e desordens ziguezagueantes, em entrecruzamentos múltiplos.⁵²

Por tais características, o grupal, ao mesmo tempo em que atrai e fascina, desperta temores, inseguranças, resistências, inibições, deformações perceptivas, dificuldades para observar e sentir os fenômenos. Assim, provoca equívocos na razão que tenta recortá-lo, paralisá-lo e interromper a dinâmica de um processo que é movimento constante, que se altera ante qualquer intervenção.

Enrique Pichón-Rivière e os grupos operativos

Como já foi dito, um dos nomes mais respeitados na compreensão dos processos grupais, e que sofreu influência das reflexões desenvolvidas por J. P. Sartre, é o de *Enrique Pichón-Rivière*, psicanalista argentino que procurou fazer uma leitura dialética do funcionamento dos grupos. Sem pretender aprofundar na perspectiva desse autor, faz-se im-

portante mencioná-lo, dada sua influência no que vem sendo desenvolvido na área do acontecer grupal.

Baseado num *esquema conceitual, referencial e operativo* que denomina *ECRO*, esse autor entende a psicologia como psicologia social, à medida que vê o sujeito como o emergente de uma complexa trama de vínculos e relações sociais. Assim sendo, o sujeito tem um duplo caráter – o de “agente”, de ator do processo interativo – e o de “sujeito-sujeitado”, pois se constitui nas relações que estabelece com os outros homens na luta pela sobrevivência. Aliás, nessa ótica, o sujeito é entendido como “sujeito da necessidade”, que interage com o mundo para satisfazê-lo, o que ocorre no interior de redes vinculares, a partir da contradição interna entre necessidade e satisfação. Nesse sentido, o grupal se configura como cenário e instrumento da constituição do sujeito.

O *fazer* e a *tarefa* ocupam um lugar fundante nessa concepção, pois a ação transforma o contexto mas também o próprio sujeito da ação, numa relação dialética, em que sujeito e mundo são mutuamente constituintes.

A *tarefa* como um processo, um conjunto de ações destinado a atingir um ou mais objetivos, funciona como um princípio organizador da estrutura interacional que é o grupo. Ana Quiroga, colaboradora de Pichón-Rivière, afirma que o grupo se caracteriza como:

[...] um conjunto restrito de pessoas que, ligadas por constantes de tempo e espaço, articuladas por sua mútua representação interna, se propõe, sob forma explícita ou implícita, uma *tarefa* que constitui sua finalidade, interatuando através de complexos mecanismos de assunção e atribuição de papéis.⁵³

53 A. P. Quiroga, *Enfoques y perspectivas en psicología social*, p. 78. Traduções da autora.

52 M. S. de Asch, *op. cit.*, p. 25.

Pichón-Rivière evidencia que o simples compartilhar tempo, espaço e eventualmente objetivos não é condição suficiente para o estabelecimento de uma relação vincular. Faz-se necessária uma relação de mútua reciprocidade. O grupo é visto por ele como *unidade operacional*, como um processo de interações, em que há determinação recíproca, isto é, as ações de um influenciam as ações dos outros. Não existe grupo sem tarefa ou objetivo, já que em toda relação se estabelece um sentido de operatividade, seja ela bem-sucedida ou não. Dessa forma, o *vínculo* é entendido como unidade básica de interação, e o grupo, como trama vincular, sendo ambos o cenário e o instrumento de resolução das necessidades, que, por sua vez, têm historicidade individual e social.

O vínculo se institui à medida que persistem a comunicação e o interatuar,

[...] ao reconstruir cada ator, em seu mundo interno, a trama relacional da qual participa. Cada um dos sujeitos fica habitado pelos personagens, pelas figuras e relações que estruturam essa trama.⁵⁴

No vínculo, cada sujeito reconhece o outro como diferenciado de si e ao mesmo tempo relacionado com ele. Nesse processo de mútua representação interna, internalização recíproca ou totalização, é que emerge o “nós”, ou seja, a vivência da unidade vincular ou grupal, que se transforma em “pertença” – o sentimento de integrar um grupo, identificar-se com suas vicissitudes e seus acontecimentos.

Quanto aos papéis, cada membro do grupo constrói o seu em relação aos demais e à tarefa. O autor destaca três

tipos de papéis: o de *porta-voz*, desempenhado por aquele integrante que fala por todos os outros e que denuncia o que ocorre explícita ou implicitamente no acontecer grupal; o do *líder*, que se faz depositário dos aspectos positivos do grupo; e o de *bode expiatório*, que, pelo contrário, se faz depositário dos aspectos negativos do grupo, sendo excluído pelos demais. O *papel do coordenador*, por sua vez, é requerido em função da tarefa, de acordo com os obstáculos que surgem no acontecer grupal.

Pichón-Rivière desenvolve ainda dois conceitos importantes: o de *verticalidade*, que diz respeito à história particular dos sujeitos, e o de *horizontalidade*, que se refere ao processo que ocorre no grupo. Enquanto, num âmbito psicoterapêutico, a ênfase recai sobre a verticalidade, pois o que interessa é a história pessoal dos clientes, num nível grupal operativo, privilegia-se a horizontalidade, que focaliza o aqui e agora da relação grupal. Essa divisão estabelecida por Pichón-Rivière me auxiliou bastante na distinção que procurava fazer entre grupo psicoterapêutico e temático.

Jacob Levy Moreno – O psicodrama e a sociometria
O psicodrama de Jacob Levy Moreno constitui um olhar próprio sobre o processo grupal, que inclui conceitos e métodos específicos. Não se preocupando com uma definição abstrata e científica de grupo, Moreno declara que sua pergunta inicial foi terapêutica, a saber: “como se pode ajudar as pessoas que vivem em grupo, mas permanecem solitárias?”

Para ele, as forças do grupo possuem um papel decisivo na estruturação da subjetividade, sendo mais fácil objetivar e resolver os problemas individuais dentro do grupo. Ao que se sabe, nunca trabalhou com psicoterapia individual, entendendo que, se o homem adoece em grupo, em grupo tem de se curar.

54 A. P. Quiroga, *op. cit.*, p. 93.

Moreno preocupou-se com a *dimensão institucional dos grupos*, criando a *sociometria* como uma técnica de mudança social cuja base é *interpsicológica*. A seu ver, a sociometria constitui a “cris-talização mais avançada e mais ordenada da tendência a descrever e medir a dinâmica dos grupos [...]”⁵⁵ Por meio dela, investiga as redes formais e informais de comunicação, os processos verbais e não-verbais dessas redes. A intervenção sociométrica nos grupos e instituições é, porém,

[...] animada por uma preocupação análoga à do psicodrama: trata-se sempre de liberar a espontaneidade e a criatividade, a capacidade de inventar uma história pessoal ou uma história coletiva.⁵⁶

Evidenciou que cada grupo tem uma estrutura oficial e uma sociométrica, que costumo chamar de “oficiosa”, que podem coincidir em certos pontos e divergir em outros, mas é raro que sejam totalmente idênticas. Segundo ele, é a síntese dessas duas estruturas que produz a realidade social.

Segundo René Marineau⁵⁷, seu interesse pelos grupos começa na juventude, quando se reunia com crianças nos jardins de Augarten (1908), com grupos de prostitutas (1913) ou quando, em 1908, junto com amigos, criou a “Religião do Encontro”. A propósito, esse autor cita uma passagem da *Autobiografia* de Moreno, em que ele diz: “Eu tinha a idéia fixa de que um único indivíduo não possuía autoridade, de que devia tornar-se a voz de um grupo [...], o novo mundo deve sair de um grupo”⁵⁸.

55 J. L. Moreno, *Fundamentos de la sociometría*, 1972, p. 12. Traduções da autora.

56 *Idem*, *Psicoterapia de grupo e psicodrama*, 1974, p. 46.

57 R. F. Marineau, *Jacob Levy Moreno – 1889-1974: pai do psicodrama, da sociometria e da psicoterapia de grupo*.

58 *Ibidem*, p. 47.

Marineau considera “um prelúdio ao desenvolvimento da sociometria” as reflexões realizadas por Moreno, quando, ainda estudante de medicina, trabalhou em dois campos de refugiados, durante a guerra de 1914 a 1918. Ele fez

[...] observações concernentes a cada barraca (de refugiados) individualmente, às interações entre as barracas, às fábricas locais criadas dentro do campo, aos processos de associação das pessoas em grupos religiosos e políticos.⁵⁹

Esse autor considera que tais experiências seriam a base para o trabalho que ele começou no princípio de 1930, nos Estados Unidos, e que desembocou na sociometria.

Nessa visão, dois grupos nunca são iguais, pois cada um tem uma estrutura peculiar de coesão e profundidade. Considera que, já desde o primeiro encontro, o grupo estabelece uma estrutura definida, que se desenvolve no decorrer dos outros encontros e que depende não só das estruturas psíquicas de seus diferentes membros, mas dos critérios que levam as pessoas a se reunir em torno de objetivos comuns. Assim, critérios diferentes levam a agrupamentos distintos dos mesmos indivíduos, ou seja, se o motivo da reunião é lazer, as pessoas se escolhem de uma determinada forma, se é trabalho, de outra. Na realização do teste sociométrico, essa questão fica bastante evidente, pois todos os participantes, de acordo com um critério previamente estabelecido, classificam como positivo, negativo ou indiferente cada um de seus colegas de grupo.

Nessa perspectiva, as características comuns dos grupos são: a interação entre seus membros, a existência de inte-

59 R. F. Marineau, *op. cit.*, p. 55-56.

resses e atividades comuns, um mínimo de coesão interna e a diferença de *status* entre os membros.

Mesmo se referindo especificamente ao nível psicoterapêutico, muitas das colocações morenianas são aplicáveis aos grupos em geral. Ele considera que a principal preocupação do diretor psicodramático é o “comportamento imediato do grupo”⁶⁰. Com essa afirmação, evidencia, ainda que de forma não explícita, uma compreensão do grupo como movimento. Posteriormente, na construção do teste sociométrico, vai ampliar esse aspecto, mostrando que seu resultado – o sociograma – funciona como uma radiografia do grupo em dado momento.

Em sua concepção, o grupo não constitui um somatório de pessoas, pois entre elas existem agrupamentos parciais e relações afetivas. Em suas palavras:

Quando o terapeuta enfrenta o seu grupo para realizar a primeira sessão, percebe imediatamente, com o seu apurado sentido de relações interpessoais, algumas das interações entre os membros, como a distribuição de amor, ódio e indiferença. Não se trata apenas de uma coleção de indivíduos. Ele observa que um ou dois membros sentam-se isolados, fisicamente distantes dos demais; que dois ou três se agrupam, sorrindo e cochichando entre eles; que um par deles discute ou estão sentados ao lado um do outro, numa atitude de frieza.⁶¹

Evidencia também que “começam a ganhar forma na mente do terapeuta, os primeiros contornos de um sociograma”. Acrescenta, outrossim, que não é necessário um teste formal para obter esse conhecimento.

60 J. L. Moreno, *Psicoterapia de grupo e psicodrama*, op. cit., p. 46.

61 *Ibidem*, p. 46.

Basta anotar a existência dessa “matriz embrionária”, a qual se revela através de sua observação imediata. Converte-se em seu guia empático para o processo terapêutico em formação.⁶²

Embora reconheça que indivíduos e grupos estão englobados em uma rede de ramificações múltiplas, criando conceitos como átomo social e rede sociométrica⁶³, Moreno preocupou-se mais em descrever sua constituição interna, relacionando-a a aspectos psicopatológicos. Diz, por exemplo, que nos grupos, os indivíduos emocionalmente perturbados são mais freqüentemente rejeitados ou que nos grupos normais há um número relativamente grande de pares, o que o leva a pensar que a formação de pares é ligada a uma boa adaptação emocional e a um tipo de personalidade harmônica dos membros do grupo.

Moreno também manifestou claramente a pretensão de mudar a sociedade por meio do trabalho sociométrico com pequenos grupos. Os sociólogos, entretanto, denunciam o equívoco dessas idéias, evidenciando a necessidade prévia da mudança do conjunto da sociedade.

É importante salientar que nenhuma dessas possibilidades, incluindo o psicodrama, ressalvadas talvez as idéias de Pichón-Rivièr, desenvolveu, de fato, uma perspectiva dialética. Em sua maioria, no mínimo, não consideram as determinações socioculturais, constituindo-se em perspectivas acríticas e a-históricas, com maior ou menor grau de subjetivismo, reducionismo e determinismo.

62 J. L. Moreno, *Psicoterapia de grupo e psicodrama*, op. cit., p. 46.

63 Redes sociométricas são as cadeias complexas de inter-relações formadas pelas relações entre certas partes dos átomos sociais dos indivíduos com outros átomos sociais.

A tais concepções, subjaz a idéia de que as mudanças sociais se dariam por transformações na consciência dos indivíduos, ou seja, para modificar a sociedade, bastaria modificar seus componentes individualmente. É importante esclarecer que, com esta crítica, não se pretende diminuir a importância do trabalho com grupos nas transformações sociais, uma vez que elas evidentemente passam pela subjetividade e pela participação dos indivíduos.

O que se deseja é salientar que muitas considerações equivocadas têm levado à proliferação de trabalhos com grupos, que acabam por *supervalorizar e fetichizar o contexto grupal*. Marilena Chauí, em um primoroso artigo⁶⁴, problematiza o valor que se tem dado à dinâmica de grupo aplicada à educação, apontando dois de seus efeitos: “O primeiro deles concerne ao fato de que tal dinâmica *tende a gerar uma nova forma e mais sutil de dependência recíproca*” entre os participantes.

O outro efeito é “[...] tornar os membros do grupo incapazes de enfrentar e resolver conflitos reais toda vez que o ‘modelo do grupo’ não puder ser aplicado, ou, então, torná-los apáticos e indiferentes a tudo quanto ocorra ‘fora’ do grupo”⁶⁵. Ou seja, em vez de a experiência grupal ser ampliada, perde-se na dicotomia entre o “dentro” e o “fora”.

Muitas abordagens sobre grupos, inclusive a moreniana, adotam uma perspectiva de *simetria entre coordenador e grupo*, de modo que, em nome da liberdade ou da responsabilidade pessoal, se nega (ou mascara) a existência de uma autoridade exteriorizada. Segundo Chauí, numa sociedade dividida em classes, o que de fato ocorre é uma interioriza-

ção das regras e das relações com a autoridade, que leva a um aparente apagamento da exterioridade delas. Acontece, porém, que abolindo a autoridade visível do coordenador, “[...] a dinâmica recria no interior do próprio grupo autoridades invisíveis porque as relações têm a aparência de serem paritárias, quando não o são”⁶⁶, pois há líderes e liderados. A autora vai além, evidenciando que se cria toda uma “parafernália psicologizante” para explicar o grupo como algo natural e inevitável, sem questionar seu caráter reproduutivo dos aspectos macroestruturais da sociedade. Assim, a diferença entre dirigentes e dirigidos fica mascarada sob “a ilusão da vida em grupo”.

Com tais considerações, Chauí não pretende invalidar o trabalho grupal, mas apenas explicitar que “[...] sua riqueza advém exatamente do fato de ser um trabalho [...]”, no sentido de que as relações entre os membros do grupo estão sempre mediadas por uma tarefa comum, que é o elemento que une e diferencia esses membros.

Afinal, o que é um grupo?

Buscando contribuir para responder à difícil questão de “o que é um grupo?” não pretendi esgotar a produção das inúmeras abordagens existentes. Detive-me em alguns autores, sem aprofundar muito seus conceitos. Mencionei especialmente aqueles que foram significativos em minhas investigações, que apontaram aspectos relevantes em minha caminhada para melhor compreender e coordenar grupos.

Como foi dito anteriormente, Moreno sofreu forte influência do pensamento funcionalista norte-americano, que o levou a considerações de caráter reducionista (átomo

64 M. Chauí, “Ideologia e educação”, 1980, p. 24-40.

65 *Ibidem*, p. 33-34.

66 M. Chauí, “Ideologia e educação”, *op. cit.*, p. 33.

social, redes sociométricas etc.). Acabou perdendo o sentido mais amplo da *história*, que ficou reduzida à história individual e familiar dos sujeitos, desconsiderando que elas se encontram inseridas no contexto mais amplo das determinações econômicas, sociais e políticas. Em contrapartida, permite uma aproximação da visão sócio-histórica, à medida que entende o homem como constituído de acordo com as relações e vínculos que estabelece.

Ante tais considerações, em relação ao psicodrama, há de levar em conta seus limites e alcances, tentando compreendê-lo com base na sua própria contextualização no tempo e espaço. Como sua eficácia no trabalho com grupos é inegável, dediquei-me, neste texto, a tentar uma releitura da obra moreniana à luz de outro referencial teórico – a perspectiva histórico-cultural.

Pretendi evidenciar a importância, ao trabalhar com grupos, de não perder de vista sua relação com as várias configurações sociais e com o contexto sócio-histórico, ou seja, de que é imprescindível a compreensão do sistema social de que o grupo e seus participantes derivam e em que eles se inserem.

Utilizar o referencial histórico-cultural obrigou-me a rever alguns conceitos do psicodrama, minha matriz básica de formação e compreensão dos grupos. Este texto não busca preencher lacunas ou superar ambigüidades e equívocos dessa abordagem, mas tenta, por outra ótica, enfrentar o enorme desafio epistemológico que é conhecer os processos grupais.

Ao tentar compreendê-los, o que é possível fazer de forma humilde e precária, recorro artificialmente alguns momentos – como se fosse uma cena de filme a ser analisada. Dessa forma, qualquer assinalamento ou interpretação altera os rumos do processo grupal. Consiste numa análise

do que já passou, mas não pode prever o que virá a acontecer, pois o que é comentado terá consequências em todo o movimento subsequente do grupo, modificando suas etapas posteriores. É o que costumo denominar de “caráter caleidoscópico” dos grupos, pois qualquer movimento implica a mudança da configuração existente.

A análise foi adjetivada como precária porque é impossível apreender toda a riqueza das relações existentes num contexto grupal, em que aspectos individuais e coletivos se imbricam por meio de comunicações verbais e pré-verbais (postura, gestos etc.), já que se conta apenas com a observação externa do ocorrido.

A esse respeito, é importante esclarecer que a abordagem sociopsicodramática conta com um precioso recurso – a *dramatização*, que se constitui numa forma de *objetivar a subjetividade*, à medida que permite sair do nível meramente discursivo e verbal, explorando aspectos corporais e expressivos, pois coloca os sujeitos em ação.

Para ilustrar essas dificuldades, acho interessante trazer a referência feita pelo psicodramatista Sérgio Perazzo⁶⁷, de seu colega Zacaria B. A. Ramadán, que, procurando fazer a demonstração matemática da transferência, formulou a equação do relacionamento e da discordia. Ele mostra que a comunicação entre dois indivíduos é função, pelo menos, dos seguintes fatores:

- a) o que ele pensa que é; b) o que ele pensa que o outro é; c) o que ele pensa que o outro pensa sobre ele; d) o que ele deseja ser (ou ter); e) o que ele deseja que os outros sejam (ou lhe dêem); f) o que ele deseja que os outros desejem dele.

67 S. Perazzo, *Ainda e sempre psicodrama*, p. 43.

Dando uma valorização positiva ou negativa a cada um desses fatores, aos quais todo sujeito estaria submetido, e intercruzando apenas as “duas variáveis (positivas e negativas) para os seis fatores mencionados, o resultado será 2 à sexta potência – 64 possibilidades para cada indivíduo”. Para dois indivíduos com as variáveis positiva e negativa, chega-se ao resultado de 2 à décima potência, ou seja, são 4.096 “[...] possibilidades de estes dois indivíduos se relacionarem, a grande maioria delas com pelo menos algum choque entre os fatores considerados para um e para outro”.

Essa conjectura de Ramadan evidencia as inúmeras possibilidades de um relacionamento entre duas pessoas. É possível vislumbrar, de acordo com ela, as infinitas alternativas que podem ocorrer dentro de um grupo de vários participantes, e as dificuldades que o coordenador enfrenta. É isso que Asch quer dizer, quando declara que “conhecer grupo” é um desafio que acaba com qualquer onipotência.

Até onde me foi possível chegar, um grupo é constituído por um conjunto relativamente pequeno de pessoas, que mantêm contatos face a face, ligadas por algum(ns) objetivo(s) comum(ns) que as leva(m) a interagir e estabelecer relações de reciprocidade. Os grupos também se caracterizam por um *movimento contínuo*, um equilíbrio instável e temporário, cujo conhecimento é extremamente difícil, por ser impossível apreender toda a riqueza existente no entrecruzamento dos aspectos subjetivos e do conjunto dos participantes em permanente processo de reciprocidade.

Além disso, os grupos são *mediadores* entre a *particularidade*, a singularidade dos sujeitos, e a *totalidade social* (genericidade, nível humano-genérico, abstrato ou universal), pois realizam a mediação entre os indivíduos e a formação social de que participam. Neles, cada indivíduo

é representante de si mesmo e da história da sociedade em que vive. É nesse sentido que texto, subtexto e contexto se entrecruzam e se imbricam permanentemente, uma vez que se compreendam os sujeitos como constituídos nas e pelas relações sociais que estabeleceram e que continuam estabelecendo.

□